

# Responsabilização das plataformas restabelece civilidade digital, diz Gilmar

02/07/2025

A recente **decisão** do Supremo Tribunal Federal de estabelecer o dever de remoção e a responsabilização das *big techs* por postagens criminosas ou ofensivas de seus usuários é fundamental para coibir delitos, preservar a honra das pessoas e “restabelecer a civilidade e a fecundidade da esfera pública digital”. Foi o que afirmou nesta quarta-feira (2/7) o ministro **Gilmar Mendes**, do STF, durante a abertura do **XIII Fórum de Lisboa**, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL). A **TV ConJur** transmite o evento ao vivo.

Para Gilmar, a decisão se fez necessária porque “a fragmentação do debate público em câmaras de eco radicalizadoras e sua transformação em terra sem lei, hostil e inóspita representam uma ameaça sem precedentes”.

O magistrado apontou que a “era inteligente na qual ingressamos traz oportunidades extraordinárias, na forma de promessas de soluções para problemas ancestrais”. Mas, ao mesmo tempo, “ela também nos coloca diante de riscos igualmente extraordinários, associados, sobretudo, a novas formas de exclusão e controle”.

Diversas crises — climática, democrática, econômica — surgiram a partir dessas transformações e devem crescer ainda mais com a inteligência artificial (IA).

“O Direito e a democracia enfrentam desafios sem precedentes”, disse ele. “A digitalização coloca em xeque os próprios fundamentos (formais, ontológicos e epistemológicos) do Direito.”

Por fim, o ministro ressaltou que a sustentabilidade não significa mais apenas preservar o meio ambiente, mas também “construir uma ecologia digital que seja compatível com a preservação da democracia e dos direitos fundamentais — condição moral de nossa vida digna no planeta”.

## Necessidade de atualização

O presidente da Câmara, deputado federal **Hugo Motta** (Republicanos-PB), também esteve no painel de abertura do Fórum. Na linha do que Gilmar disse, o parlamentar destacou que “a inteligência artificial, a automação, a digitalização e a emergência climática remodelam de forma simultânea e acelerada os fundamentos sobre os quais se assentam nossas economias e nossas sociedades”. Para ele, “impõe-se a necessidade de permanente atualização sobre como fazemos as leis”.

De acordo com Motta, a Câmara está empenhada em “criar um Estado moderno e eficiente, em sintonia com o formato ágil e flexível que toda e qualquer instituição que queria sobreviver ao mundo em radical transformação deve adotar”.

Para ele, “não podemos continuar a oferecer um serviço público analógico a uma sociedade digital”. O esforço “deve ser o de fazer que a IA, a transição energética e a digitalização da economia sirvam sempre ao bem comum, e não ao aumento das assimetrias regionais e globais”.

Participaram da abertura, ainda: **Eduardo Vera-Cruz Pinto**, diretor da FDUL; **Vitalino Canas**, professor da FDUL e presidente do Fórum de Integração Brasil Europa (Fibe); **Carlos Blanco de Moraes**, professor catedrático da FDUL; e **Beto Simonetti**, presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).





Em seu discurso, Pinto defendeu que “respeitar os juízes é respeitar a democracia”. Ele indicou que os juízes são responsáveis pela “tarefa difícil de aplicar leis gerais e abstratas que não cabem no caso concreto”. Por isso, acredita que “é preciso ter a coragem de formular regras que permitam dar a solução certa e justa para o caso”.

Já Canas sugeriu que o mundo necessita “de um Brasil democrático, forte, talentoso e capaz de ser um moderador da irracionalidade que graça por este mundo inteiro”.

Carlos Blanco de Moraes exaltou a figura de Gilmar. Ele definiu o ministro do STF como “uma referência de um ativismo judicial transformador” e “um paladino da democracia militante”.

Simonetti fez coro ao professor e disse que a trajetória de Gilmar “se confunde com a própria consolidação do Estado democrático de Direito no Brasil”. Segundo ele, “sua contribuição à cultura jurídica, sua defesa das garantias fundamentais e sua atuação firme em favor das prerrogativas da advocacia, com destaque para o sigilo profissional, inspiram gerações de juristas no nosso país”.

Ele também estendeu os elogios aos demais ministros da corte: “Via de regra, o STF tem atendido os pleitos da advocacia brasileira.” Na sua visão, “defender a advocacia também é defender a democracia”.

O presidente da OAB ainda fez um apelo contra a polarização ideológica no Brasil. “Os extremos não podem ditar o rumo do debate político. Quem pensa diferente de mim não é meu inimigo. A pluralidade de ideias é própria da democracia e deve ser preservada como valor essencial da consciência e da convivência civilizada. O Brasil precisa desarmar os espíritos. Não é a divergência que enfraquece uma nação, mas a recusa em transformá-la em diálogo.”

**Clique [aqui](#) para assistir ao painel de abertura ou veja abaixo:**

*Veja a seguir imagens do primeiro dia do evento:*

ConJur



Carlos Blanco de Morais, Eduardo Vera-Cruz Pinto, Hugo Motta, Gilmar Mendes, Gonçalo Saraiva, Eduardo Gomes, Vitalino Canas e Beto Simonetti



Gilmar participa de evento prévio ao Fórum em que se discutiu números da Justiça e LGPD  
ConJur



No Fórum de Lisboa, autoridades falaram, principalmente, sobre democracia, tecnologia e novos desafios do Direito ConJur



Painel de abertura do XIII Fórum de Lisboa

ConJur



Público durante o painel de abertura do XIII Fórum de Lisboa  
ConJur



A ex-ministra Kátia Abreu discursa ao lado de Jorge Messias, Beto Simonetti, Ricardo Lewandowski, Edilene Lôbo e Lenio Streck  
ConJur



ConJur



Luís Roberto Barroso, presidente do STF, discursa durante o Fórum

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2025-jul-02/responsabilizacao-das-plataformas-restabelece-civilidade-digital-diz-gilmar/>